

Congresso não deve mais votar nada importante este semestre e talvez no ano

Por falta de acordo entre líderes, sessão de análise de vetos foi adiada novamente

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), adiou novamente a sessão conjunta do Congresso Nacional para deputados federais e senadores analisarem a derrubada ou manutenção de vetos presidenciais. Ainda não há data para a nova sessão conjunta.

Inicialmente prevista para ocorrer nesta quinta-feira (9), Alcolumbre informou que o adiamento ocorreu novamente pela falta de acordo entre os líderes de ambas as Casas do Legislativo. Estava previsto para serem analisados 65 vetos presidenciais e seis projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs), aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).



Plenário vazio: a perspectiva para o Senado até o final deste ano

CONVERGÊNCIA

“Não dá para ir para uma sessão do Congresso em que as lideranças da Câmara e do Senado não conseguem ter um mínimo de convergência em relação ao que vai ser deliberado”, defendeu o presidente do Senado.

Esta foi a segunda vez que a sessão conjunta para analisar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi adiada. Desde o dia 18 de julho, os congressistas têm apresentado resistências para chegarem a acordos.

TUDO TRAVADO

E na reta final da última semana antes do recesso parlamentar do meio do ano, que ocorre de 18 de julho a 31 de julho, a tendência é que, não somente as análises dos vetos como demais pautas relevantes no Congresso Nacional fiquem para depois.

Vale destacar que estão pendentes para análise e votação, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, uma série de pautas

que dividem a opinião dos parlamentares.

Dentre elas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com o fim da jornada de trabalho na escala 6x1, a PEC da Segurança Pública, o projeto de lei (PL) que equipara a prática de misoginia (ódio e aversão às mulheres exclusivamente por gênero) ao racismo, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tal como a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2027, entre outras.

CHANCES BAIXAS

Ao Correio da Manhã, o professor de direito eleitoral Alberto Rollo avalia que as chances dos congressistas votarem alguma dessas propostas na última semana do recesso, ou até no segundo semestre antes das eleições gerais de outubro, são muito baixas.

“Lembrando que as convenções dos partidos começam no dia 20 de julho, então cada um [dos parlamentares] nos seus estados vão estar voltados para as convenções,

vão estar voltados para as últimas alianças políticas”. avalia o analista.

“Então, eu imagino que esta semana não vai ter espaço político para ser convocada a sessão e aprovada nenhuma dessas medidas”, ponderou o advogado.

Ele ainda destacou que, com o início da campanha eleitoral em 16 de agosto, “todos os candidatos vão estar nas suas bases políticas”. Os candidatos terão 45 dias para concentrarem esforços em suas campanhas eleitorais.

Como muitas pautas pendentes são de interesse do governo Lula, o professor avaliou que o governo tentará destravá-las acionando seus aliados.

“Mas o problema não é só a oposição, é convencer os próprios aliados do governo que também são candidatos a estarem em Brasília”, ponderou Rollo.

“Alguns correm riscos nos seus estados, principalmente os governadores, e eles precisam se concentrar na própria reeleição”, completou.

“Então, eu imagino que alguém que está correndo risco no seu estado não vai abandoná-lo para atender chamamento do governo nesta altura do calendário eleitoral”, reiterou.

Governo detalha MP e tenta destravar dívidas rurais

Por **Beatriz Matos**

O governo federal abriu a caixa da Medida Provisória (MP) que pretende destravar a renegociação das dívidas rurais. Nesta quinta-feira (9), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, detalhou pela primeira vez como deve funcionar a proposta, que deve ser editada até o início da próxima semana.

A MP é a alternativa do Palácio do Planalto ao Projeto de Lei 5.122, aprovado pelo Senado com alterações e que, por isso, ainda precisa ser analisado novamente pela Câmara. O governo argumenta que o texto ampliou o alcance da renegociação e elevou o impacto fiscal, enquanto a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) cobra

uma solução mais abrangente para os produtores endividados.

Segundo Durigan, a intenção é construir um texto que atenda quem realmente sofreu prejuízos, mas sem comprometer as contas públicas. “Nós editaremos uma medida provisória do governo que fará o equilíbrio entre o texto do Congresso e o limite orçamentário do país. Afinal de contas, o meu interesse aqui é atender o agricultor que precisa, não estabelecer uma espécie de regra geral no país”, afirmou.

O ministro também afirmou que bancos públicos e privados têm relatado aumento da inadimplência diante da expectativa pela renegociação, já que parte dos produtores passou a acreditar



Dario Durigan: o orçamento não suporta

que as regras mudariam. As informações foram ditas durante uma entrevista à Rádio Gaúcha.

Pela proposta apresentada pelo ministro, a MP criará duas modalidades de renegociação. A primeira será destinada aos produtores que comprovarem perdas causadas por eventos climáticos extremos, como estiações e enchentes. A segunda atenderá produtores que registraram perda superior a 30% da renda em razão da queda dos preços dos produtos agrícolas.

Quem comprovar prejuízos climáticos terá acesso às condições mais vantajosas: prazo de até dez anos para pagamento, dois anos de carência e limite maior de renegociação.